

Prof. Dr. RENATO LOPES LEITE
Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná - BRASIL
renato_lopes_leite@yahoo.com, renato6@hotmail.com
www.geocities.com/renato_lopes_leite

INDEPENDÊNCIA: HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO 7 DE SETEMBRO

O tema aqui abordado não é novo. A construção/criação do *Sete de Setembro*, como marco fundador da identidade nacional-brasileira, e data mais importante da História do Brasil, já foi objeto de reflexões de Maria de Lourdes Vianna Lira, p. ex. Para a autora, porém, o *Sete de Setembro* é uma construção do visconde de Cairu¹. É possível, porém, citar exemplos da percepção do fato histórico *Sete de Setembro* antes do relato do Visconde de Cairu (que é de 1826). Frei Caneca, p. ex., menciona o fato em 1824 ("as margens do Piranga"). Ora, isso é sinal que a construção daquele fato histórico já se havia iniciado entre 1823-1824, provavelmente.

Isso é fundamental, pois se aceitarmos o raciocínio de Maria de Lourdes Vianna Lira, há um momento em que se faz uma opção entre o 7 de setembro e o 12 de outubro² como referência fundadora do poder do ex-príncipe, convertido a imperador. No discurso de D. Pedro na abertura dos trabalhos da Assembléia Constituinte, ele parece fazer uma escolha clara pelo 12 de outubro, data da festa da Aclamação, em que simbolicamente o novo monarca foi ungido pelo povo soberano nas ruas do Rio de Janeiro. E, assim, situa a origem do poder do imperador na noção de soberania popular. E, conseqüentemente, este princípio revolucionário da ilustração³ era reconhecido pelo ex-príncipe.

Note-se, pois, que a opção pelo *Sete de Setembro*, e a criação e transformação desta data em marco histórico fundador, surge da necessidade do ex-príncipe se desvencilhar do princípio do direito da soberania popular⁴. O que provavelmente é fruto dos embates do imperador contra a Constituinte e a imprensa republicana (Cipriano Barata e João Soares Lisboa escrevem, respectivamente, entre abril/julho até novembro de 1823).

Ora, se essa construção está efetivamente ocorrendo mais ou menos entre 1823-1824, é interessante notar que o 1º relato sistemático do acontecimento histórico *Sete de Setembro*, do Visconde de Cairu, em 1826, é repleto de imperfeições. O que faz supor que a construção do fato foi algo lenta. Ou que a criação do fato histórico não estava

¹ Maria de Lourdes Viana Lyra. "Memória da Independência: marcos e representações simbólicas". In.: Revista Brasileira de História: Representações. São Paulo, ANPUH/Ed. Contexto, vol. 15, no 29, 1995, p. 173-206. Em 1825, quando das negociações pelo reconhecimento da Independência, o título de D. Pedro escrito na minuta do Tratado de Paz e Aliança foi rejeitado pelo mediador inglês. Argumentou-se não poder admitir as palavras "D. Pedro, por graça de Deus e unânime aclamação dos Povos". O mediador inglês propôs a redação: "Imperador por graça de Deus e de acordo com a Constituição do Estado". A sugestão foi aceita pelo Conselho de Estado brasileiro, que argumentou que o "título democrático" ou "título demagógico" assemelhavam os brasileiros a "republicanos sem o serem". E a princesa Leopoldina pedia ao sogro que aprovasse o Tratado para que se "...destrua, de uma vez, o sistema democrático que tem aqui reinado com tanto furor neste hemisfério". Sobre a construção da memória do "Estado Nacional", conclui Maria de Lourdes Viana Lyra: "... A empreitada de firmar o Brasil como Estado independente e, ao mesmo tempo, resguardar a aliança com Portugal, custara o sacrifício dos princípios mais caros aos brasileiros, o de pacto de união e o de soberania do povo, princípios estes que haviam atuado como aglutinadores de todos os brasileiros em 'vontade unânime', na decisão em prol da aclamação do imperador e da conseqüente ruptura da unidade luso-brasileira". Maria de Lourdes Viana Lyra. Op. cit., p. 192.

² Maria de Lourdes Viana Lyra mostra, por exemplo, que nas primeiras manifestações sobre a separação, a data mencionada não era o 7 de setembro. A memória procura estabelecer o fato histórico no dia 12 de outubro de 1822, data da aclamação do imperador e oficialização do Império do Brasil. Talvez trocada pelo 7 de setembro após às contradições apontadas pelo *Tratado de Paz e Aliança*, com Portugal. Ou seja, talvez só em 1825 a Aclamação passa a ser vista como uma contradição. Portanto, a mudança da data nacional brasileira para o 7 de setembro parece uma conveniência óbvia e necessária. E Maria de Lourdes Viana Lyra consegue explorar ainda mais as contradições deste problema. As referências e narrações do Grito do Ipiranga são extremamente rarefeitas e cheias de contradições nas fontes documentais da época. A maior destas contradições: as cartas régias da Cortes de Lisboa de 1 e 2 de agosto que sustentam o rompimento de 7 de setembro (nas narrativas de Varnhagen e Cairu), somente chegaram no Brasil em 22 de setembro. Maria de Lourdes Viana Lyra justifica tal contradição alegando que Varnhagen poderia ter "... se apoiado em minutas de propostas..." para discussão na Constituinte. Ressalte-se, finalmente, o esforço de Cairu para afastar e privar José Bonifácio da memória da Independência. Maria de Lourdes Viana Lyra. Op. cit., pp. 198-199.

³ Cf. Eric J. Hobsbawm. *A era das revoluções, 1789-1848*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 258.

⁴ Cf. Quentin Skinner. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996, capítulo 15, "Os limites do constitucionalismo", p. 450-460. E capítulo 18, "O direito de resistir", p. 573-616. Ao mostrar a relação entre a teoria calvinista da revolução e a linguagem legal e moral de seus adversários católicos, Quentin Skinner dá elementos para se sustentar que os pensadores do republicanismo da Independência brasileira também se encaixam na corrente utiliza a linguagem da soberania popular, e o argumento da teoria da revolução.

pronta e acabada quando o maior pensador absolutista (como ele traduziu Adam Smith, a historiografia sustenta ser ele um liberal⁵) do império se pôs a escrever a sua história. É isso que veremos a seguir.

1] O FEITICEIRO USA AS VESTES DE HISTORIADOR

Aquela foi uma tarefa de tamanha importância para o velho José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que ele denominou seu livro com o título *História dos principais sucessos do império do Brasil*. O relato é gigantesco: tem quatro volumes. E, claro, para descrever o *Sete de Setembro*, e reiterar sua admiração pelo jovem ex-príncipe, o economista liberal se converte em historiador conservador e observa a evolução da Terra de Sta Cruz desde sua descoberta, até seu clímax com a "separação total" frente aos perigos do domínio colonial via reconquista dos "ditadores das Cortes", ou da "poliarquia do congresso ulysiponense"⁶ (é assim que ele se refere às Cortes de Lisboa).

a) A narrativa do *Sete de Setembro* do Visconde de Cairu

Cairu antecipa a Aclamação⁷ (que ocorreria depois, no Rio de Janeiro, em 12 outubro 1822) para o mesmo momento do *Sete de Setembro*⁸.

Eis o relato do *Sete de Setembro* de Cairu:

“O príncipe regente achava-se na província de S. Paulo pronto a partir para o Rio de Janeiro, quando recebeu os referidos decretos, e esta carta, em 7 de setembro no Campo da Piranga, próximo a capital daquela província, acompanhado de grande comitiva. A impressão impetuosa (como era natural) da leitura de tais escritos levou o animo do jovem herói ao zênite da indignação; e, subindo a montanha do Paranapiacaba, proclamou aos brasileiros -- INDEPENDENCIA, OU MORTE.

O príncipe então tirou de si o laço nacional das Cortes de Portugal: e instantaneamente foi o mesmo laço tirado por todos os circunstantes que o traziam, e estes logo o saudaram imperador do Brasil”⁹.

As imprecisões sugerem que a construção daquele fato histórico ainda não estava totalmente acabada quando o Visconde o relatou. Ele menciona o “campo do Piranga”, e não o rio, em cujas margens o episódio teria ocorrido (como reza a tradição). Diz ainda que D. Pedro subiu em uma montanha. Não se sabe exatamente para que? Mas, como na frase seguinte Cairu afirma que o príncipe “proclamou aos brasileiros”, pode-se pensar que o desejo de Cairu e sugerir que embaixo da montanha uma multidão de brasileiros ouviu o príncipe e, investida do poder popular, essa vasta quantidade de pessoas aclamou D. Pedro imperador. Eis aí, talvez, a chave da narrativa do Visconde.

Dois parágrafos depois Cairu diz que D. Pedro afirmou, no ato de abertura da Constituinte: “Os paulistas foram

⁵ Para Sergio Buarque de Holanda, Cairu fez uma divulgação equivocada de Adam Smith no Brasil. Cf. José Honório Rodrigues. *História da história do Brasil. A historiografia conservadora*. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1988, Vol. II, tomo I, p. 142. Sérgio Buarque acrescenta ainda que Cairu era um escritor venal, e que não hesitou em por sua pena a serviço da conservação monárquica. Ver José Honório Rodrigues. *História da ...*, op. cit, p. 162, 165 e seg.

⁶ José da Silva Lisboa. *História dos principais sucessos políticos do império do Brasil*. Rio de Janeiro : Tipografia Imperial, 18?? [1829]. Parte X, Seção 3, p. 51, 50 (Em ordem de citação).

⁷ O relato sobre a "Total Independência" concentra-se em um único capítulo, denominado: “capítulo XI - Declaração da total independência do Brasil a respeito do governo de Portugal, pelo príncipe regente na província de S. Paulo, e sua aclamação de imperador pelos paulistas”. Note-se que Cairu procura argumentar/fundamentar que a Aclamação (ato do povo = soberania popular) faz parte do Sete de Setembro (*Grito do Piranga*).

⁸ Para realçar este aspecto, no livro de Cairu o capítulo seguinte ao da Independência trata da Aclamação: “XII Aclamação do Príncipe Regente imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil no Rio de Janeiro”.

⁹ José da Silva Lisboa. *História dos principais sucessos políticos do império do Brasil*. Op. cit., p. 52. No seu relato do *Sete de Setembro* (capítulo 11), há um equívoco logo no 1º parágrafo que sugere como Cairu maneja a noção de tempo. Ele diz: “Quando os decretos das Cortes (transcritos na Seção II, cap. 23), chegaram ao Rio de Janeiro, deram um grau de irritabilidade irresistível ao espírito brasileiro. Os fluminenses arderam em labaredas, vendo indeferida a sua representação...”. José da Silva Lisboa. *História dos principais sucessos políticos do império do Brasil*. Op. cit., p. 50. Ora, a *Representação* que ele menciona é certamente a do Fico. O problema é que a resposta à *Representação do Fico* tanto, tendo chegado antes, entre março e abril de 1822. Em setembro a disputa principal entre Brasil e Portugal continua sendo sobre a residência do herdeiro do trono. Mas os documentos e o contexto são outros. Na argumentação de Cairu ele parece desejar aproximar o Fico do *Sete de Setembro*, de modo a deixar de lado episódios fundamentais que ocorreram entre um fato e outro.

os primeiros que aclamaram-me imperador”¹⁰. Vê-se, pois, o relato do Visconde se baseia na palavra do imperador.

O Visconde então encerra a sua narrativa da Independência:

“Pode-se pois com razão dizer, que o dia 7 de setembro de 1822 fixa a primeira máxima época nos anais do Brasil, e fastos da sociedade pelo ato do príncipe regente, em que deu hercúleo golpe as Cortes de Lisboa, aniquilando a sua arrogada soberania sobre o Brasil, declarando a total INDEPENDENCIA DA NACAO BRASILEIRA.

Por este ato surgiu na América austral, na região do Cruzeiro, um *Estado livre*, como saído do caos.

As resoluções do príncipe regente de -- *Ficar no Brasil -- Aceitar o titulo de Defensor Perpetuo -- Convocar uma Assembléia Geral de deputados das províncias --*, ainda que fossem preparações para vitoriosa resistência ao orgulho metropolitano de Portugal, podem-se todavia considerar como efeitos de urgência da Sua Modéstia, pelas instancias do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, e pelos votos das províncias do Sul; mas a *Declaração da total Independência da nação brasileira*, é obra espontânea, e única sua, sem protótipo na historia dos impérios; por ser resolvida estando fora da Corte, sem ministros e conselheiros d'Estado, sem solicitação, e moral forca de requerimentos de povos”¹¹.

Neste último parágrafo há um diálogo/resposta do Visconde aos jornais e panfletos republicanos de 1822, quando João Soares Lisboa e o grupo de Gonçalves Ledo pressionaram para a convocação da Constituinte, entre 23 de maio e 3 de junho. Cairu procura mostrar que o *Sete de Setembro* suplantou essa derrota que ele e o poder real sofreram em 1822, quando foram contrários à convocação da Constituinte.

b) O significado da narrativa de Cairu

Ao se aplicar, pois, o esquema teórico da matriz disciplinar da ciência da história de Jörn Rüsen¹² no intuito de uma análise da produção intelectual do historiador José da Silva Lisboa, seria possível se perceber/constatar o seguinte:

1º] Quanto ao aspecto interesses [são as carências de orientação na mudança temporal do mundo contemporâneo do autor]: a análise de José da Silva Lisboa consolidada, no plano intelectual, os poderes constituídos da ordem sob forte influência do antigo regime senhorialista. Ou seja, o Visconde se propôs a criar o mito do herói para reforçar o poder do regime político monárquico-absolutista, e, mais, reforçar o poder do imperador Pedro. Quando Cairu escreve, em 1826, D. Pedro iniciara o seu declínio, que vai culminar em tentativas de golpe e por fim na abdicação, em 7 abril 1831, sob forte pressão política das elites e agitações de turbas nas ruas. Para reforçar/justificar a ordem senhorialista do imperador o episódio chave é o *Sete de Setembro*, momento em que o caráter inusitado dos fatos se confundem com a robustez do jovem príncipe garanhão. O herói tem seu momento máximo quando, ao desferir o ato extraordinário através de um grito de cima de um cume, é prontamente "Aclamado" (no sentido de aceito pela soberania popular) por seus pares¹³ como "*imperador*" (por que não rei?), como um drama teatral cujo roteiro é previamente conhecido.

É, pois, provável que o Visconde tinha plena consciência de construir o mito do *Sete de Setembro*.

2º] Perspectivas de interpretação [teorias, perspectivas, categorias]: O visconde de Cairu é um admirador do pensador antiprogressista¹⁴ e parlamentar *whig* Edmund Burke (de quem traduz longas passagens em seus panfletos) e

¹⁰ José da Silva Lisboa. *História dos principais*. Id.

¹¹ José da Silva Lisboa. *História dos principais sucessos políticos do império do Brasil*. Op. cit., p. 52-53.

¹² Jörn Rüsen. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001, p. 35, 91-93, 164.

¹³ Ressalte-se que no relato do Visconde tem-se a impressão que o imperador é “Aclamado” por uma multidão de paulistanos. Mas, segundo o levantamento detalhado por Tobias Monteiro, “o séquito de D. Pedro era formado por 6 pessoas, 2 criados e pela guarda de honra”. Tobias Monteiro. *História do império: a elaboração da Independência*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1927, pp. 545.

¹⁴ Hobsbawm, A era da revolução, op. Cit., p. 268

historiadores anti-revolucionários como Augustin de Barruel, para quem a Revolução Francesa seria a agitação de uma minoria de maçons¹⁵. Talvez o grande objetivo teórico de seus textos seja atacar o aspecto revolucionária da ideologia secular da Revolução Francesa, e sua influência no Brasil. Cairu é anti-constitucionalista: sempre que possível, ele ataca a Assembléia Constituinte (de Lisboa e do Brasil). Seus textos se parecem mais com um cronista da Corte que de um historiador preocupado com o caráter metódico e científico do conhecimento.

3º) Métodos [regras da pesquisa empírica]: O livro do Visconde é um misto de reprodução de documentos seguidos de comentários, muitas vezes pessoais, sobre o processo político. Cairu não utiliza, pois, documentos como um historiador analítico. O seu livro funciona, assim, mais como um manual de um cronista da Corte. Para demonstrar sua versão dos fatos históricos descritos da ótica do poder do rei, mescla o diário da Corte com citações dos documentos que corroboram tal versão.

4º) Formas [de representação]: Quanto a forma de apresentação do livro, pode-se especular que Cairu possui uma narrativa que se parece/lembra o discurso jurídico-político do século 18. É uma narrativa entrecortada por adjetivos do jargão jurídico, que (hoje) transmitem a sensação de humor.

5º) Funções [de orientação cultural sob a forma de um direcionamento do agir humano e de concepções da identidade histórica]: Cairu cumpre a função de justificar, da perspectiva da construção da memória, as ações de um príncipe lusitano que luta com afincos para manter a coroa sob sua cabeça. A identidade nacional-brasileira é construída sob os escombros da Assembléia Constituinte de Lisboa (as Cortes de Lisboa). Ou seja, o elemento central da identidade do Brasil que nasce é o argumento anti-Constituinte e anti-revolucionário, pois o poder que Cairu representa se quer soerguer sob a tese do direito divino (e contra a noção de soberania popular). O poder do imperador é tamanho que ele tem direito de redigir e outorgar uma Constituição.

Cairu será um dos primeiros a argumentar que a ordem monárquica centralizada traz em si o elixir da unidade/unificação territorial, enquanto a desordem do monstro republicano, exemplificado pelas guerras civis dos nossos vizinhos caciquistas e caudilhistas, separa, desune, pois não obedecem um poder central.

O livro do Visconde cumpre, pois, a estratégia política de construção da memória coletiva da perspectiva do poder de um príncipe lusitano que separou momentaneamente sua dinastia, para depois unificá-la novamente. Ou seja, D. Pedro pôde/poderia se dar ao luxo de realizar o jogo teatral da separação total com Portugal pois ele tinha plena consciência das conseqüências do mecanismo de direito dinástico-hereditário de transmissão de poder monárquico, quando ele herdaria o reino lusitano e unificaria as duas coroas novamente. Cairu é o cronista do poder de uma Corte cujo príncipe desdenha da legitimidade da esfera pública literária, pois crê que seu poder tem origem divina, não necessita de justificativas, porque é inquestionável¹⁶.

3] VARNHAGEM E O RELATO DOCUMENTAL

Francisco Adolfo Varnhagem é um historiador que tem por método expor/relatar os documentos. Em sua narrativa, assim como de quase todos os historiadores deste período, o *Sete de Setembro* aparece como o fio condutor¹⁷ de toda a trama, afluyente para onde todos os fatos são organizados de modo a desembocarem nele.

¹⁵ Ver, dentro outros, o seguinte livro de Barruel, traduzido e publicado em Lisboa em 1809: Augustin de Barruel (1741-1820). *O segredo revelado ou manifestação do systema dos pedreiros livres e illuminados, e sua influencia na fatal revolução franceza: obra extraída das mesmas para a historia do jacobinismo do Abbade Barruel. Publicada em portuguez para confusao dos ímpios, e cautêla dos verdadeiros amigos da religiao, e da patria por José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Imprensa Regia, 1809-1810.

¹⁶ Roger Chartier. *Espacio público, crítica y desacralización en el siglo 18: los orígenes culturales de la Revolución francesa*. Barcelona : Editorial Gedisa, 1995, em particular capítulo 2: “Espacio público y opinión pública”, p. 51-80.

¹⁷ Cf. Jörn Rüsen. *Razão histórica: teoria da história : Op. cit.*, capítulo 3 - Científica: a constituição metódica da ciência da história, item "III] A metodização da relação com as idéias", p. 118-126.

Varnhagem se centra na construção do personagem central, Pedro, e para tanto não hesita em atacar e menosprezar, de forma exagerada, o papel de José Bonifácio.

Varnhagem, tal qual Cairu, manipula o tempo e organiza uma narrativa onde se omite conflitos e fatos que não se enquadram em sua construção do *Sete de Setembro*. São omitidos, p. ex., a ação da imprensa republicana para convocar a Constituinte (3 junho 1822)¹⁸, a *Representação do Povo do Rio de Janeiro*, provavelmente porque a intriga e os conflitos da Convocação da Constituinte (o 3 de junho) não interessem e não caibam no quadro analítico de Varnhagem. Mais grave, porém: o autor não explica por que tais fatos, que tiveram tanta repercussão à época, são omitidos.

O *Sete de Setembro* surge, dessa construção, como uma escolha do príncipe entre dois caminhos: ou se submeter às Cortes, ou separar o Brasil do império.

“...Não lhe restava, pois, mais que uma de duas resoluções a tomar: ou proclamar de todo a independência, para ser herói, ou submeter-se a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Cortes, não já para ir como fora ordenado no ano anterior, viajar com mentores, mas, sim, mui provavelmente, para, finda a Constituição, ser chamado à barra pelas Cortes, a fim de se justificar pelos seus atos, e dobrar os joelhos em presença dos seus imprudentes afrontadores, Fernandes Thomaz, Pessanha e Xavier Monteiro, ou para ser insultado nas ruas pela mesma plebe que, das galerias das Cortes, apurara pouco antes, com os gritos de ‘morra!’ e ‘patifes!’, os zelosos deputados defensores dos direitos do Brasil

Não era mais possível temporizar, E, inspirado pelo gênio da glória, que anos depois, no próprio Portugal, lhe havia de ser outras vezes tão propício, não tardou nem mais um instante: e passou a lançar, dessa mesma província que depois conceituava de ‘agradável e encantadora’, dali mesmo, do meio daquelas virgens Campinas, vizinhas da primitiva Piratininga de João Ramalho, o brado resolutivo de ‘Independência ou morte’¹⁹.

Varnhagem aqui novamente usa as prerrogativas do historiador para construir a história através da escolha dos fatos que lhe convém, e deixa de lado uma terceira hipótese que é ver o *Sete de Setembro* como uma forma de freiar, deter, conter e depois reprimir e expatriar os personagens do republicanismo.

Para Varnhagem a identidade da nação foi construído, externamente, contra a fragmentação das repúblicas latino-americanas, e, internamente, em oposição aos excluídos do espaço dos brancos europeus. Ou seja, os indesejados seriam os negros e os índios.

Sobre o esquema da matriz disciplinar de Varnhagem, poder-se-ia dizer o seguinte:

1º] Quanto ao aspecto interesses [são as carências de orientação na mudança temporal do mundo contemporâneo do autor]: Varnhagem é um historiador que escreve nos anos de ouro do império (*História Geral do Brasil* é publicado entre 1854 e 1857). Ele faleceu em 1878, no exterior, e trabalhou a maior parte da vida no serviço diplomático. Em 1840, aos 24 anos, Varnhagem pôde assistir a ascensão do centralismo monárquico na busca de coibir as revoltas nas províncias, fato denominado pelos contemporâneos por republicanismo, mas que foi muito mais fruto de desajuste no pacto federativo. E, entre 1868-1870, Varnhagem pôde ver a ascensão da idéia de república-antimonarquista no Brasil, e proclamações republicanas pela Europa. Talvez tudo isso explique o forte desprezo de Varnhagem por movimentos de teor republicanos na história da Independência, como em 1817 e 1824. Aí também poderia estar a raiz da sua construção pró-monarquista.

¹⁸ O periódico “*Correio do Rio de Janeiro*”, redigido pelo jornalista republicano João Soares Lisboa, foi o principal veículo da esfera pública literária a atuar nas escaramuças que forçaram D. Pedro a convocar uma Assembléa Constituinte, em 3 junho 1822. Neste episódio, o jornal liderou a coleta pública de assinaturas para uma “*Representação do Povo do Rio de Janeiro*” que reuniu, em apenas 5 dias, mais de seis mil assinaturas, inclusive com a adesão de analfabetos, que nela apuseram o sinal da cruz: as seis mil assinaturas exemplificam a sua abrangente circulação entre diferentes estratos sociais e culturas opostas, como a dos analfabetos. Por isso, e provavelmente pela forte influência de seu diário, João Soares Lisboa foi expatriado em outubro de 1822. Ver detalhes em Renato Lopes Leite. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, Introdução e capítulo IV.

¹⁹ Cf. Francisco Adolfo Varnhagem. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 185-186.

2º) Perspectivas de interpretação [teorias, perspectivas, categorias]: A construção histórica de Varnhagem é pautada por noções basilares como a necessidade de construção de uma nação, via poder monárquico forte e centralizado, e calcado no homem branco.

3º) Métodos [regras da pesquisa empírica]: método narrativista fortemente influenciado pela transcrição de documentos.

4º) Formas [de representação]: O livro é um subproduto da *História Geral do Brasil*, e só foi publicado em 1917. Talvez o autor não o considerasse acabado.

5º) Funções [de orientação cultural sob a forma de um direcionamento do agir humano e de concepções da identidade histórica]: Apesar de trabalhar a Independência como a pedra angular da construção da identidade nacional, para Varnhagem a separação com Portugal renovou as relações com a Europa. A independência teve por objetivo conter o caos étnico.

4] TOBIAS MONTEIRO: A HISTÓRIA INVESTIGATIVA

O relato do historiador Tobias Monteiro sobre independência, em seu monumental estudo de 869 páginas, é um dos mais completos, e talvez por isso sirva de base para a compreensão atual daquele fato histórico.

A narrativa do *Sete de Setembro* se inicia pelo episódio das correspondências que o príncipe recebe. Tobias Monteiro disso se utiliza para demonstrar o seu apressamento pela investigação histórica. Ou seja, o trabalho de historiador não é mera transcrição de documentos, mas é uma história-investigativa: o historiador reconstitui o fato através das evidências.

Tobias Monteiro tem plena consciência de sua inovação, e diz, sobre os episódios das cartas que o príncipe recebe no Ipiranga em 7 de setembro: "Até hoje não se tinha apurado tudo quanto continham os papéis recebidos"²⁰. Ele mostra que D. Pedro recebeu 2 cartas da princesa Leopoldina e 1 de José Bonifácio. Ambas argumentam que Portugal enviara 7.100 soldados para invadir o Brasil, além de 600 da Bahia e outros tantos da Banda Oriental. Essa hipótese de Tobias Monteiro, fundamental para se compreender os argumentos justificadores da "separação total" do império luso-brasileiro, é confirmada pela imprensa republicana. O autor também põe a nu a fragilidade dos relatos anteriores sobre a Independência, e até mesmo a existência concreta do ato fundador do "Grito do Ipiranga".

[O CORTE É JUSTIFICADO PELO LIMITE DE OITO PÁGINAS]

²⁰ Tobias Monteiro. *História do império: a elaboração da Independência*. Op. cit., pp. 543.